

O Discurso Político do Mercosul: O Binômio Segurança-Insegurança nas Relações Brasil-Argentina

Marcelo M. Valença¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo. Apesar de importante para as relações Brasil-Argentina, pouco se estuda o papel social do Mercosul para a segurança regional. Proponho como ferramenta analítica os Estudos Críticos de Segurança para investigar o papel político da segurança na constituição do que se entende por insegurança. Não trato de segurança no sentido tradicional, mas da criação de um ambiente estável através de práticas cotidianas que transmitem familiaridade à sociedade, aproximando-a do Mercosul. Aponto que grupos domésticos são importantes agentes na incorporação dessas práticas, naturalizando o discurso oficial. Sugiro “dois” Mercosul, o oficial e o real, onde o discurso (in)segurança é manifesto, impactando no processo de integração e afetando a forma como os países se enxergam e as relações políticas são estabelecidas.

Palavras-chave: integração regional; Brasil; Argentina; Mercosul; discurso de (in)segurança.

The Mercosul Political Discourse: The Binomial Security-Insecurity in the Brazil-Argentina Relations

Abstract. Despite being central for the political relations between Brazil and Argentina, the social role of Mercosul to regional security is marginalized. I propose the use of a critical approach to Security Studies to investigate the political use of security to define the boundaries of insecurity. Based on this analysis, I suggest the existence of “two” Mercosul, an official one and a real one. In my argument, domestic groups are important for the consolidation of the official Mercosul, because they reproduce a discourse of (in)security, which impacts the project of regional integration by naturalizing foreign politics as if they are similar to domestic politics and affects the ways of both states understand each other and build their political relationships.

Key-words: regional integration; Brazil; Argentina; Mercosul; discourse of (in)security.

1 Introdução

O objetivo deste artigo é sugerir o uso dos Estudos Críticos de Segurança no debate sobre integração no Mercosul. Entendo que há espaço para abordar a experiência sul-americana através de lentes voltadas para o papel das ideias e dos interesses de grupos domésticos – como diplomatas, acadêmicos e atores culturais – na constituição de um ambiente estável e seguro dentro do Mercosul, como forma de reproduzi-lo e fortalecê-lo. Para tanto, fujo do postulado tradicional da Segurança² de que segurança e insegurança são elementos excludentes. Trato estes dois conceitos como construções sociais que integram, complementarmente, o domínio sociopolítico.

O propósito de conjugar o debate entre integração regional e Segurança é perceber a atuação desses grupos no fortalecimento e na legitimação do discurso oficial de integração regional através de um conjunto de práticas políticas que defino como “discurso de (in)segurança” e que tem como propósito normalizar a política. O discurso de (in)segurança tem como audiência a sociedade e sua finalidade é aproximá-la do projeto de integração, naturalizando-o através de práticas e comportamentos do dia-a-dia. Com o emprego do discurso, o espaço da integração torna-se

¹ O autor agradece à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa de pesquisa para financiar o projeto do qual este trabalho faz parte.

² Cabe aqui esclarecer a diferença entre Segurança e segurança que norteia este trabalho. O termo segurança, com *s* minúsculo, diz respeito a um tipo especial de política criado pela interação entre atores políticos, gerando um estado que refletiria a presença ou não de ameaças àquele ator: segurança é um problema político, mas nem todo problema político é segurança (Walt, 1991; Buzan et. al, 1998; Kolodziej, 2005). Estudos de Segurança (ou simplesmente Segurança, com *S* maiúsculo), por outro lado, são vertentes ou arcabouços teóricos que nos permitiriam explicar e entender o comportamento dos atores em relação à sua intenção de usar a violência para atingir seus fins (Wolfers, 1952; Kolodziej, 2005).

familiar, gerando um domínio de segurança e aproximando as políticas externas e a política doméstica.

Mais especificamente, discorro sobre a adequação do arcabouço teórico da Escola de Paris, perspectiva também conhecida como Sociologia Política Internacional (Bigo, 2008)³ e influenciada pela virada crítica nas Relações Internacionais, para o estudo da experiência sul-americana. Defendo a viabilidade da proposta, porque, apesar de voltada às particularidades da segurança europeia, a Escola de Paris se sustenta em premissas decorrentes do processo de integração da União Europeia. Entendo que é possível analisar as dinâmicas da experiência sul-americana a partir do viés sociológico, especialmente diante da gradual aproximação entre as esferas doméstica, regional e internacional percebida nos processos de integração, criando o espaço da política interméstica, por exemplo, quando “*the difference between the two spheres is becoming more blurred, (...) the intersection between national and international interests, issues and actors*” (Gardini, 2011, p. 30).

Meu argumento é apresentado em três etapas. Na primeira, situo o arcabouço teórico da Escola de Paris na literatura de Segurança. Especial atenção é dada aos mecanismos que permitem a construção social da segurança e insegurança e que serão úteis para o desenvolvimento da proposta.

Na etapa seguinte, problematizo o discurso de (in)segurança a partir da adequação do modelo sociológico ao estudo da integração no Mercosul. Em poucas palavras, o discurso de (in)segurança consiste na operacionalização do discurso oficial de integração por meio da incorporação de práticas rotineiras no dia-a-dia social. A aproximação do Mercosul da sociedade naturaliza as relações políticas interestatais, mitigando as incertezas da política internacional e reforçando a lógica da política interméstica.

Concluo sugerindo que o discurso de (in)segurança pode explicar a assimetria existente entre o Mercosul “oficial” e o Mercosul “real”. O primeiro é constituído pelo discurso oficial, que o toma como central para as políticas externas de Brasil e Argentina, afastando as tensões existentes durante a Guerra Fria. Mesmo diante de conflitos de interesse, consegue normalizar a política regional (Buzan e Wæver, 2003, p. 325-327). O Mercosul “real”, por outro lado, é aquele descrito pela literatura especializada como tomado por dúvidas e crises institucionais (Saraiva, 2010). Ele reflete as incertezas e inseguranças da política externa como prática discursiva de delimitação da diferença e auto-reforço da identidade de um Estado através da criação do Outro (Campbell, 1992, p. 62).

2 A Abordagem Sociológica da Escola de Paris: Seu Lugar na Literatura e nos Estudos Críticos de Segurança

Surgidos a partir de uma orientação realista e com o propósito de instruir a ação política, os Estudos de Segurança atrelavam-se a um problema prático e relevante para a política internacional, à época preocupada com a disputa entre EUA e URSS. Tradicionalmente, segurança diz respeito à ameaça, ao uso e ao controle da força militar entre Estados no plano internacional (Walt, 1991, p. 222). O campo focava-se no desenvolvimento de estratégias para viabilizar o alcance do interesse nacional dos Estados (Wolfers, 1952). Apesar do aparecimento de vertentes críticas questionando seus pressupostos epistemológicos e objeto de estudo, esta posição se manteve hegemônica por quase quatro décadas.

Contudo, a partir da década de 1980, outras correntes teóricas influenciariam o campo, sustentadas pelas agendas liberais, promovendo um debate interno que mudaria os rumos do campo. Elas questionavam premissas básicas do Realismo, como a centralidade do Estado (Kolodziej, 1992a; 1992b) e a adequação do uso da força nas relações internacionais (Keohane e Axelrod,

³ De modo a facilitar a exposição do argumento, o marco teórico discutido no artigo será tratado, indistintamente, por Escola de Paris e Sociologia Política Internacional.

1993). Questionavam-se, também, os desafios à sobrevivência do ator apenas diante de questões militares, o que evidenciava a preocupação com temas como o meio-ambiente para a área (Ullman, 1983), em um esforço de ampliação do campo. Isso sem contar o debate sobre comunidades de segurança e paz democrática, que remontava à década de 1950 (Sheehan, 2005)⁴.

Essa oposição à tradição realista serviu como primeiro passo para o surgimento de abordagens inspiradas na virada crítica das Relações Internacionais e no Terceiro Debate (Lapid, 1989). Uma dessas novas perspectivas ficaria conhecida como os Estudos Críticos de Segurança (ECS)⁵.

Ao questionar as fundações da Segurança, os ECS, congregando diferentes abordagens teóricas, colocam em dúvida o objeto de referência do campo e a própria noção do que significaria segurança, apontando a existência de outras ameaças que seriam qualitativa e quantitativamente mais relevantes para a área. Ao invés de se limitarem a uma discussão sobre a ampliação da Segurança, as novas teorias críticas buscavam também o seu aprofundamento, buscando uma maior compreensão da segurança⁶.

Deve-se atentar que a segurança não representa uma condição ahistórica, logo uma análise histórico-interpretativa mostra-se mais apropriada para entender as dinâmicas que a colocam como parte indissociável da política. O conceito de segurança não diria respeito apenas ao uso da força e ao Estado, mas deveria ser compreendido conforme o contexto e o espaço político ao qual o analista fazia referência: “segurança não pode ser desvinculada dos problemas fundamentais da política contemporânea” (Valença, 2010, p. 80). Buscava-se, com isso, uma análise mais compatível com as Ciências Sociais, o que foi sintetizado de forma precisa no programa de pesquisa crítico sugerido por Keith Krause (1998).

Constituído por seis premissas, este programa de pesquisa diz respeito aos atores políticos e à forma como o conhecimento é produzido. Segundo ele, os atores devem ser considerados como: (i) frutos de processos históricos complexos de construção social, (ii) constituídos e reconstituídos por práticas políticas que criam identidades e interesses dentro de (iii) um contexto político internacional em constante mudança. No que diz respeito ao conhecimento, (iv) este não é objetivo e (v) deve ser apurado a partir de metodologias interpretativas, mais afins às Ciências Sociais, dado que (vi) o propósito das teorias sociais não é explicar e prever, mas entender contextualmente o conhecimento prático. É neste conjunto de premissas metodológicas e epistemológicas que a Escola de Paris se insere.

Diferentemente das demais abordagens dos ECS, que vêm das Relações Internacionais, a Escola de Paris se origina da conjugação da teoria política e dos estudos de sociologia da migração e do policiamento na Europa (CASE Collective, 2006, p. 446) e é influenciada pelos trabalhos de Pierre Bourdieu e dos conceitos foucaultianos de verdade e poder. A sua pesquisa estuda “o que é segurança e o que ela faz” por meio da denúncia da despolitização de temas da segurança e da política. Isso é feito através da análise de práticas discursivas⁷ promovidas por agências que reforçam e legitimam o discurso político oficial.

Para a Escola de Paris, segurança não tem, por si só, um significado próprio, por exemplo, ela não pode ser compreendida fora do contexto das relações políticas. Seu entendimento decorre da forma como os atores a utilizam. Segurança assume, portanto, uma significação social que a coloca

⁴ Para uma revisão mais completa da literatura de Segurança e de sua evolução político-teórica, Valença (2010).

⁵ Em inglês, no original, *Critical Security Studies*. O livro editado por Krause e Williams (1997) é considerado a obra seminal dos Estudos Críticos de Segurança.

⁶ Em poucas palavras, o alargamento da Segurança diz respeito à inclusão de novos temas e agentes ao campo. O aprofundamento, por outro lado, se refere à compreensão das implicações da segurança e da maneira como ela opera. Sobre o tema, Tarry (1999).

⁷ A ideia de práticas discursivas é tratada neste artigo com o mesmo significado de “atos discursivos”, tal como desenvolvido por Nicholas Onuf (1998). Em poucas palavras, é expor o conteúdo de uma regra, informando o ouvinte do que se está dizendo, seja através de palavras ou comportamento. Se o ato discursivo – ou a prática discursiva – terá resultados, dependerá se os outros – a audiência – responderão ao que escutaram.

no plano da política, tal como um elemento de estabilização e ordenamento da sociedade. Em outras palavras, segurança e insegurança deixam de ser compreendidas como elementos excludentes para se tornarem parte de um contínuo inerente às relações políticas. A consequência disso é que a forma como a segurança é definida impacta no modo de se pensar a insegurança.

Assim, diferentemente da abordagem realista, que vê segurança como um elemento estático da política, a Escola de Paris a enxerga por um viés dinâmico, associada à administração da vida e à manutenção das condições existenciais. Seu impacto se dá conforme as possibilidades a ela atribuída pelos agentes que lidam com o espaço e com o campo da segurança. Deste modo, quando se fala de segurança trabalha-se, acima de tudo, com as possibilidades da política, ainda que seu campo de atuação apresente particularidades que permitam a sua identificação.

Primeiramente, o campo da segurança deve ser visto como transversal, i.e., não se restringindo a um setor ou área da sociedade. Ela não é apenas um problema acadêmico, social ou político, mas combina elementos de todas essas áreas, interligando-as (CASE Collective, 2006). Além disso, ele é um espaço de dominação e de disputa entre atores que compartilham interesses – operacionalizar suas estratégias e legitimar suas práticas – mas que não convergem em termos de identidade, dada a pluralidade de agências, oficiais e não-oficiais.

Então, como pensar segurança? A resposta está em encará-la como uma prática, respeitando três premissas. A primeira diz que, por estar inserida na política, deve produzir efeitos para existir, exemplo, que produza impactos sociais. Outra premissa é de que os atores que a compõem não têm posição ou papel fixo, mas interagem e se constituem mutuamente em uma disputa para definir qual a maior ameaça enfrentada. Finalmente, os termos utilizados pelos agentes não são técnicos, sendo acessíveis à sociedade e sujeitos a apropriação e reapropriação de seus significados sociais de acordo com o interesse das agências envolvidas, em estrutura operacional similar a dos regimes de verdade foucaultianos. Ou seja, a terminologia da segurança não pode ser técnica, ainda que se origine de agências técnicas especializadas. Isso sugere que a segurança opere tal como uma técnica de governança, o que implica o monopólio da verdade sobre o poder, o perigo e o conhecimento (CASE Collective, 2006).

Por conta dessas premissas, a Escola de Paris não relaciona segurança à tomada de medidas de exceção. Ela opera através de práticas rotineiras de administração de processos, pessoas, tecnologias, incluindo formas de comunicação e vigilância, e está diretamente ligada à legitimidade. A constituição do binômio segurança e insegurança, portanto, diz respeito a uma disputa maior, entre diferentes atores que teriam a capacidade de declarar que algo é ou não pertinente à segurança (Bigo, 2008, p. 123).

A operacionalização dessas estratégias implica a legitimação de certas práticas de violência que assumem *status* de política e, portanto, são consideradas mecanismos válidos para transmitir segurança. Assim, a construção da segurança passa pelos grupos que são autorizados – ou se auto-permitem – a definir o que é seguro e o que não é (Bigo, 2000), identificando e constituindo a ameaça e/ou inimigo, e se destinam a um público-alvo específico, a sua audiência⁸. A síntese desse processo social de constituição da segurança dá origem ao processo de securitização.

Sobre a securitização cabe uma ressalva importante. A teoria de securitização foi desenvolvida por Ole Wæver (1995), mas assumiu maior destaque com o arcabouço teórico da Escola de Copenhague (Buzan, Wæver e De Wilde, 1998). A simples menção à palavra “segurança” invoca a imagem do que poderia acontecer caso a medida de segurança não fosse bem sucedida (Wæver, 1995, p. 61). Seu objetivo é explorar as formas como a segurança se manifesta politicamente e os efeitos sociais que ela produz. A securitização é um processo intersubjetivo que opera através de práticas discursivas – o movimento de securitização – e depende da aceitação da audiência a quem as práticas são destinadas para produzir efeitos.

⁸ O que a aproxima, por exemplo, de correntes críticas de estudos de política externa que caracterizam a política externa como uma prática discursiva de delimitação da diferença e auto-reforço da identidade.

No caso de Copenhague, a securitização é um movimento que leva a política para além das regras estabelecidas, colocando a segurança como um tipo especial de política que está acima da própria política normal. A securitização consiste em um processo extremo de politização. Já para a Escola de Paris, a securitização produz a normalização da política através do reforço dos mecanismos de controle dos agentes competentes e da consolidação de sua legitimidade. Ao contrário da Escola de Copenhague, que tem na securitização uma “autorização implícita” para a quebra das regras e a tomada de medidas excepcionais para o retorno à ordem, na Escola de Paris, a securitização leva à estabilização da política.

Portanto, à luz da teoria da Escola de Paris, securitização é a instrumentalização técnica de práticas que sugerem a normalidade política através de agências de segurança competentes, tornando-se parte do dia-a-dia e assumindo legitimidade a partir da incorporação racional pela sociedade. A partir do processo de securitização bem sucedido, criam-se efeitos estruturais originados da reconfiguração e reordenamento da sociedade (CASE Collective, 2006, p. 455), mais especificamente a delimitação dos domínios da segurança e a constituição social da insegurança.

O uso político da segurança se evidencia na medida em que, ao invés de proporcionar estabilidade, a operacionalização dessas práticas de normalidade gera maior temor, ainda que velado. “Segurança e insegurança são partes do processo de securitização imposto por aquelas agências e levariam a um contexto maior de insegurança, justificando as práticas tomadas” (Valença, 2010, p. 108).

Analogamente ao movimento de securitização tem-se a dessecuritização. Em poucas palavras, dessecuritizar um tema significa retirá-lo da agenda de segurança através de práticas discursivas ou tecnologias de proteção. À primeira vista, dessecuritizar a agenda de segurança é o objetivo da Escola de Paris. Mas não o é.

A dessecuritização não significa o restabelecimento da política normal ou o avanço na segurança. Tampouco o aumento no número de agências oficiais de segurança e a consolidação de sua atuação não implicam um ambiente social mais seguro (CASE Collective, 2006, p. 457). Ainda que não haja por parte da literatura um tratamento mais profundo da dessecuritização (Oelsner, 2005, p. 4-6), a Escola de Paris trata desse movimento como simultâneo ao da securitização. Enquanto esta consistiria na operacionalização objetiva das práticas de segurança, a dessecuritização envolveria a dimensão subjetiva do agentes, afetando a compreensão social do que é estar inseguro, pois cria uma falsa imagem de segurança diante de um problema aparente, ainda que não explícito⁹. Assim, a (des)securitização resulta na produção de (in)segurança.

Do exposto, percebe-se que o papel das práticas discursivas é central para a Escola de Paris. Mas seu estudo não deve ser realizado com base apenas no que é explicitamente declarado: certos movimentos de (des)securitização já estão tão presentes nas rotinas institucionais que sequer são discutidos (Bigo e Walker, 2007).

Finalmente, é apropriada uma breve observação sobre a relação entre as esferas doméstica e internacional. Ainda que seu foco seja no plano doméstico, o internacional tem impacto decisivo na atuação das agências. Ele deve ser encarado como uma esfera complementar e inescapável da política doméstica, dado que os temas que incidem sobre a política e a segurança sofrem influência de elementos do plano internacional (Bigo e Walker, 2007). Por se tratarem de temas aonde os processos de globalização têm forte incidência, é praticamente impossível restringi-los à dimensão territorial do Estado e a Escola de Paris é um forte exemplo de como a política interméstica opera. Questões tão diversas quanto imigração, meio ambiente e terrorismo penetram a esfera de atuação

⁹ Um exemplo rápido da falsa imagem criada pela dessecuritização de um tema é a prática recorrente em políticas de segurança pública de aumentar o policiamento em regiões turísticas. Cria-se a sensação de que um maior número de policiais implica em maior segurança. Contudo, caso se pense em termos mais amplos, pode-se questionar o porquê de aumentar a segurança em determinada região e não em outras e, com isso, surgiria um sentimento de insegurança decorrente da “falta” de policiamento em outras áreas.

das agências, contribuindo para a desterritorialização da política e o enfraquecimento do Estado tal como tradicionalmente compreendido.

Nas palavras de Didier Bigo (2008), isso ocorre em função da contribuição da sociologia, criminologia e da história para a compreensão do papel político da segurança, rompendo com práticas e significados anteriores. Como a construção política da União Europeia desafia o modelo do Estado tradicional, desterritorializando a política, as agências atuam em um espaço político conflitante. Dado que seus papéis são definidos muitas vezes por disposições legais, de âmbito doméstico, seu reflexo na política internacional acaba por ser anômalo.

A abordagem da Escola de Paris entende a confusão entre os níveis doméstico e internacional como uma consequência necessária do processo de desterritorialização da política decorrente das particularidades da União Europeia. A atuação das agências transborda para o internacional, porque não haveria mais a separação entre temas de segurança doméstica e internacional: são todas questões políticas e a segurança passa a ser constituída a partir da atuação dos agentes.

Nestes termos, se explica o interesse manifesto da Escola de Paris em perceber e estudar as dinâmicas de segurança na Europa – o quê, mantidas as devidas proporções, permite o estudo sobre o Mercosul. Como as fronteiras da União Europeia promovem um entendimento pouco ortodoxo dos limites que caracterizam o dentro e o fora, o internacional e o doméstico, não é surpresa que tais esferas se confundam, ao contrário da Segurança tradicional, que privilegia o internacional e por isso acabaria subdimensionada.

Em síntese, enquanto a Segurança tradicional se preocupa com o uso da força e a ameaça dirigida ao Estado, na perspectiva sociológica, o espectro analisado é aprofundado. Não apenas o Estado é ator a ser considerado, mas também o indivíduo e grupos sociais e políticos que operam dentro e fora do Estado, sejam eles agências oficiais, grupos de pressão ou burocracias estatais. Seu papel na constituição e na reprodução do que é segurança os torna, simultaneamente, agentes e objetos da Segurança. O mesmo pode se dizer dos temas que são abordados neste esforço de aprofundamento.

3 O Discurso de (In)Segurança

Antes de descrever o funcionamento do discurso de (in)segurança, é importante adequar o marco sociológico da Escola de Paris aos propósitos deste trabalho. Compreender a lógica e as práticas políticas por trás do processo de integração na América do Sul é relevante para evitar a repetição de argumentos de autoridade que tomam o continente como pacífico e pouco tendente ao conflito armado (Camargo, 1993, p. 13-15).

Alguns trabalhos problematizam tal assertiva, questionando as bases teóricas e políticas que a sustentam, bem como os pressupostos de estabilização da segurança regional (Mares, 2001; Buzan e Wæver, 2003; Oelsner, 2005). Contudo, ainda que enxerguem a importância do Mercosul, sua importância para a segurança e normalização da política regional é pouco trabalhada. Pretendo contribuir para estes estudos na medida em que evidencio o discurso que constrói a (in)segurança através da naturalização de práticas decorrentes – ou esperadas – do processo de integração, dando origem ao discurso de (in)segurança. Elas reforçam o Mercosul e intensificam a integração no Cone Sul, normalizando a política e afastando as tensões existentes antes da sua criação.

Se considerarmos que, incidentalmente, o foco na constituição social da (in)segurança para a Escola de Paris tem como objetivo o estudo de uma dinâmica que é fruto de um processo de integração regional de longa duração, uma analogia com o Mercosul é possível. Não há na América do Sul, nem em outra região do planeta, um processo de integração tão intenso quanto aquele realizado na Europa. Nesse ponto – e considerando a proximidade dos grupos de interesse domésticos no plano regional e os avanços políticos obtidos nos últimos anos – entendo que seja possível adaptar o modelo da Escola de Paris à realidade sul-americana.

A adequação do modelo teórico da Escola de Paris ao Mercosul decorre de quatro aspectos. Estes são (i) as características atribuídas ao campo da segurança no estudo da agência; (ii) a importância das práticas discursivas para a naturalização das estratégias políticas no dia-a-dia; (iii) a construção social da (in)segurança como domínio de normalização da política e; (iv) a confusão das esferas doméstica e internacional.

O campo da segurança é uma prática política que envolve e impacta tanto a dimensão interna quanto a externa da política, produzindo efeitos que comprovam a sua existência. Deste modo, ele se aproxima da sociedade, estando acessível a ela. O mesmo é esperado do campo da integração regional. Para ser bem sucedido ele deve ser percebido e entendido como relevante política e socialmente: *“relevance is a matter of ‘becoming’ relevant, not a static concept of ‘being’ relevant”* (CASE Collective, 2006, p. 473).

O modelo proposto contribui para o estudo da integração regional porque proporciona a compreensão da sua relevância para o campo. O Mercosul congrega a ação de diferentes atores e setores, incluindo o governamental, econômico e o social. Isso evidencia a sua transversalidade e dinâmica, pois envolve atores que, ainda que possuindo identidades diferentes, convergem em termos de interesse e disputam espaço por legitimidade e autoridade.

A produção de efeitos do Mercosul aconteceria através da operacionalização das suas diretrizes junto a sociedade por meio de práticas que evidenciarium e naturalizariam a integração. Estas práticas são inerentes aos grupos, operando em suas áreas de atuação e refletindo seus interesses. Ao serem inseridas na sociedade, essas práticas tornam concreta a ideia do Mercosul, tornando-o um espaço natural da política. Assim, a interação com os demais Estados-membros do Mercosul através de grupos domésticos perderia a ameaça e incerteza inerentes às políticas externas para se tornar um espaço de familiaridade e identidade comum. O mesmo pode se dizer em relação às tensões existentes no período anterior ao bloco. Tal como George Orwell descreve a narrativa da História em seu livro “1984”, a percepção sobre a relação entre os Estados do Mercosul se consolida em uma narrativa de continuidade¹⁰.

Como síntese dos aspectos mostrados acima, está a construção social da (in)segurança. Defini-la é estabelecer um domínio onde a política é normal e ausente de ameaças. Complementarmente, o discurso sobre o Mercosul, desde as suas tratativas, quando da Declaração de Iguazu, em 1985, tem como objetivo promover o desenvolvimento político e econômico dos Estados envolvidos, afastando as tensões existentes durante a Guerra Fria¹¹. A conjugação desses aspectos torna coerente e natural o processo, reforçando o discurso de centralidade na política externa atribuído ao Mercosul pelos governos de Brasil e Argentina.

A percepção de que suas diretrizes – refletidas nas práticas de agentes econômicos, culturais e oficiais – beneficiam a sociedade e apontam para uma homogeneização de interesses entre esses agentes, o governo e os demais Estados. Tal harmonia gera as fronteiras da política normal e, por consequência, delimita o espaço de insegurança e instabilidade política.

Finalmente, há a relação entre os planos doméstico e internacional. Considerando tratar-se o Mercosul de um projeto de integração regional que vai além da esfera comercial, entende-se que tal confusão seja natural e a relação entre os grupos domésticos e seus pares em Estados vizinhos, inevitável. Ademais, o Mercosul busca não apenas a integração socioeconômica, mas também a integração, aos moldes do que ocorre na União Europeia com pretensões, inclusive, de um

¹⁰ Em “1984”, a História era construída e reconstruída a partir dos interesses das elites dominantes, de modo que se passasse a imagem de que a política sempre fora daquela forma. Assim, se um dos países entrasse em guerra com outro, toda a História era reescrita e os atores reforçariam essa revisão, de modo a apagar o passado e naturalizar uma nova verdade.

¹¹ Etapas importantes que complementaram esse primeiro passo foram a Constituição da Comissão Mista Binacional de Alto Nível, fruto da Declaração de Iguazu; o Programa para a Integração e Cooperação Econômica, em 1986; a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, também de 1986; e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 1988 (Herz e Hoffmann, 2004, p. 201).

parlamento próprio. Logo, a política interméstica é um aspecto importante para o sucesso desse estudo.

Posto isso, trato do discurso de (in)segurança e a sua relação com a (des)securitização. No modelo da Escola de Paris, ele opera por meio de agências oficiais de segurança. No caso do Mercosul, defendo que ele surge de grupos de interesse domésticos que, em função da transversalidade e dinamicidade do processo de integração, operam em áreas tão distintas quanto, por exemplo, a econômica, social, cultural, turística e governamental.

Mesmo que não ligados diretamente ao Estado, os grupos de interesse promovem práticas que correlacionam o processo de integração a uma suposta estabilidade política na região. Sem o guarda-chuva do Mercosul, tais práticas não seriam possíveis e/ou não proporcionariam o benefício e facilidade esperados. A motivação desses grupos é reforçar a sua presença em suas áreas de atuação, mas o seu envolvimento acaba por tornar o projeto de integração algo realizável para a sociedade.

Dotados de *expertise* diretamente relacionada à integração, os grupos desenvolvem estratégias em suas áreas de atuação, naturalizando-as junto à sociedade. Cito, por exemplo, a questão do idioma. Ainda que o inglês continue a língua franca dos negócios, não ser fluente em espanhol (ou português) é um empecilho para o crescente comércio com os países vizinhos, fechando o acesso a importantes mercados. A mesma importância do idioma é percebida nos requisitos de formação dos corpos diplomáticos. Pequenos detalhes como esses são passados como uma nova realidade, que é sustentada pela crescente popularização de centros de aprendizado de idiomas e culturas estrangeiras tanto no Brasil quanto na Argentina.

A incorporação dessas práticas no dia-a-dia gera um sentimento que reforça o projeto do Mercosul, porque a política que dele decorre é familiar e, portanto, menos insegura à sociedade. Da mesma maneira que compreendemos algo que nos é próximo como transmitindo segurança, os impactos do Mercosul operam em lógica semelhante.

Ainda em relação ao exemplo da questão idiomática, não conhecer o idioma espanhol ou português não inviabiliza o sucesso no empreendimento ou na carreira diplomática, ainda que limite algumas oportunidades. Porém, no discurso social do Mercosul, a fluência no idioma comum é posta como central. Esquece-se, por exemplo, do crescimento comercial da China e da sua influência no mundo. Diversos analistas de política internacional apontam as oportunidades junto àquele país, maiores até mesmo do que aquelas encontradas no Mercosul. Ainda assim, a importância ao aprendizado do mandarim – ao menos no Brasil – não recebe atenção proporcional às expectativas comerciais com a China. Consequentemente, não se percebe a ignorância no idioma como barreira – ao contrário do que acontece com o espanhol.

Responder positivamente aos estímulos originados a partir do discurso de (in)segurança reforçam a proximidade com o projeto do Mercosul e gera uma série de expectativas em torno do bloco. A constituição dessas práticas evidencia, assim, o papel do Mercosul na aproximação entre os Estados, porque, principalmente, ajuda a quebrar o binômio identidade/diferença que existe na política internacional para aproximar Brasil e Argentina para um plano onde a relação entre o Eu e o Outro não operam.

O discurso de (in)segurança aplicado ao projeto do Mercosul cria, assim, novas categorias de *outsiders*, de atores políticos diferentes. Ao trabalhar em um processo onde novas fronteiras do conhecimento são estabelecidas para além das fronteiras do Estado, há a produção de espaços políticos diferenciados e contingentes. Consequentemente, novas formas de discriminação e de espaços de diferença e semelhança são proporcionados – espaços esses que possibilitam a tomada de medidas de exceção e de discriminação, com a (in)segurança aparecendo como presença frequente no discurso político.

Ao enxergar, portanto, o discurso de (in)segurança como uma prática política que naturaliza determinadas estratégias de legitimação de interesses sem problematizá-las, o instrumental proporcionado pela Escola de Paris evidencia a crescente incompatibilidade entre a sociedade e os

limites do Estado, criando novas formas de enxergar o internacional – o que permitiria estabelecer novas práticas de distinção e de diferenciação sem as quais não há legitimidade.

Essas novas fronteiras surgem a partir da atuação dos grupos legitimados – ou que se auto-permitem – estabelecer e operacionalizar as práticas da integração regional. As novas fronteiras de aceitação da segurança e do que consiste estar seguro – e, portanto, politicamente estável – são estendidas no processo político, mas permanecem estáticas no plano oficial (Walker, 2006). Em outras palavras, o discurso de (in)segurança mascara a produção de novas fronteiras e novos espaços de estabilidade na medida em que estabelece e reforça novas práticas de aceitação política da diferença. Com isso, novos escopos de autoridade surgem e, com elas, novas práticas de construção da familiaridade e diferenças sem que, contudo, o estabelecimento dessas fronteiras seja problematizado¹².

4 O Discurso de (In)Segurança e a Construção dos Dois Mercosul

O Mercosul é um projeto em andamento. Apesar de constituir o modelo até agora mais bem sucedido de integração no continente sul-americano, ele ainda enfrenta dificuldades, incertezas e descrença, especialmente por parte de seus dois líderes, Brasil e Argentina. Nada disso, contudo, o impede de ser o organismo principal por trás de grandes empreendimentos, como as parcerias comerciais com a União Europeia e a integração com os países andinos.

Contudo, para que tal expectativa seja alcançada, as crises e dúvidas institucionais que cercam o Mercosul precisam ser amenizadas. Somente assim seu papel de centralidade para as políticas externas dos Estados da região pode se justificar, criando as bases para um domínio estável.

Neste sentido, sugiro que o discurso de (in)segurança como representação dos processos de securitização e dessecuritização no Mercosul evidencia as assimetrias entre “dois” Mercosul, o oficial e o real. Cada um desses blocos é constituído por práticas e produz efeitos na esfera política, mas o discurso de (in)segurança reforça o papel do Mercosul oficial ao responsabilizá-lo pelo sucesso na normalização das relações políticas entre Brasil e Argentina.

O Mercosul oficial é aquele constituído pelo discurso oficial e que é central para a política externa de Brasil e Argentina. Ele foi capaz de servir como arena de debates e contato político que auxiliou a amenizar o relacionamento entre Brasil e Argentina, até então considerados grandes rivais políticos e competidores pela hegemonia do continente.

Os projetos de integração regional na América do Sul remontam ao ano de 1815, quando Simon Bolívar propôs a divisão do continente americano em três grandes federações, sendo que uma delas cobriria o espaço sul-americano. Depois dessa tentativa, outras propostas vieram. Podemos citar, entre elas, a doutrina do pan-americanismo durante a primeira metade do século XX; a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), o Acordo de Cartagena, o Mercado Comum Centro-Americano, todos na década de 1960; a Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento de Integração (ALADI), em 1980; e a Área de Livre-Comércio (ALCA), nos anos 1990. Essas iniciativas, contudo, esbarravam em dificuldades tanto em relação às políticas domésticas dos Estados-membros, quanto no que diz respeito às condições sistêmicas encontradas no plano internacional (Camargo, 1993; Herz e Hoffmann, 2004).

Brasil e Argentina, desde o século XIX, construíam suas relações com base na percepção negativa mútua, reforçando os seus padrões de inimizade e rivalidade (Camargo, 1993; Oelsner, 2005), disputando, em seus próprios termos, a hegemonia política sobre o continente sul-americano. O primeiro se identificava como um parceiro privilegiado dos EUA (Oelsner, 2005) e, por isso, sofria a resistência da Argentina. Eventualmente, com a recusa do Brasil em assinar o Tratado de

¹² Este argumento é discutido com maior profundidade em Walker (2006) e avança na problematização de novas identidades que aproximam algumas categorias da diferença e as colocam como iguais à identidade do Eu. Em poucas palavras, o argumento envolve a dinâmica na subjetividade do Eu para a compreensão da subjetividade do Outro.

Tlatelolco, sobre controle e não-proliferação nuclear na América do Sul e Caribe, esse relacionamento especial do Brasil com os EUA chegaria a um fim. Ainda assim, os enfrentamentos políticos entre Brasil e Argentina continuariam marcando a relação entre esses Estados. A ameaça de uso da força entre os dois Estados para resolver questões, como a questão do Rio Paraná durante a década de 1960, não era infrequente. A construção da Usina de Itaipu também levantou grande tensão, especialmente em função do interesse argentino de realizar empreendimento semelhante como forma de obter maior autonomia energética (Camargo, 1993; Oelsner, 2005).

A década de 1970 marcou um período de particular tensão entre os dois Estados, que mediam a ação do outro a partir de análises com base no poder e nos interesses perante a região. O diálogo entre os dois países era claramente competitivo e pensado em termos de capacidades militares (Camargo, 1993): a paz era frágil e os interesses, conflitantes (Oelsner, 2005). A Argentina, em crise, se sentia pressionada com o desenvolvimento industrial brasileiro, que ampliava o seu domínio econômico e fomentava sua capacidade militar convencional. Se aquela era uma disputa perdida e consistia em um esforço que não poderia ser mantido, uma reaproximação do Brasil poderia ser benéfica.

Assim, algumas barganhas políticas domésticas aconteceram e ajudaram a criar a imagem de parceria, mitigando as percepções negativas e estimulando a cooperação. Como os Estados ainda eram governados por juntas militares, o papel de setores das forças armadas, bem como de agentes econômicos e técnico-científicos, principalmente da área nuclear, foram fundamentais para aproximar as burocracias dos dois países. Outras iniciativas se seguiram a essa barganha doméstica inicial (Camargo, 1993; Herz e Hoffmann, 2004; Oelsner, 2005), estreitando os laços entre Brasil e Argentina e permitindo que novos voos fossem ambicionados¹³.

A reaproximação aconteceu formalmente durante a guerra das Malvinas, quando o Brasil reforçou sua posição de aliado da Argentina ao manifestar-se favorável ao pleito daquele Estado pelo controle das ilhas (Camargo, 1988). A aproximação entre os dois países começava e, mesmo com a rápida transição democrática argentina e a manutenção do governo militar brasileiro, os dois países enxergavam possibilidade de maior interação política, principalmente diante da crise econômica que se abatia sobre a região (Camargo, 1993).

Como resultado, a década de 1980 foi rica em termos de documentos formais de cooperação e desenvolvimento, explicitando a aproximação de fato entre os dois países. Alguns autores apontam estes documentos como sendo os precedentes do Mercosul. Complementarmente, Brasil e Argentina se envolveram em projetos comuns, compartilhando discursos e posições políticas que ajudavam a reforçar a percepção mútua de normalização do seu relacionamento (Vaz, 2006a). Ao contrário do que existia anteriormente, as novas relações entre estes Estados eram baseadas na colaboração e no compartilhamento de interesses, o que criava uma zona de estabilidade política onde a política se passava.

O discurso oficial de integração que colocava Brasil e Argentina como parceiros começou a ser reproduzido para a sociedade em 1985, durante os governos de Raúl Alfonsín e José Sarney. Com ambos os Estados democráticos, a política sinalizava a importância do parceiro para o próprio desenvolvimento: as identidades dos Estados começavam a se aproximar e o discurso político proporcionava o distanciamento das disputas então acontecidas. *“Two factors – rhetoric as the manifestation of political will, and the construction of co-operative institutions and organisations – proved useful in helping to build up trust and confidence, and develop these into viable policies backed by the public”* (Oelsner, 2005, p. 15).

¹³ Neste caso, não podemos falar de práticas de naturalização da política de integração junto à sociedade, já que a opinião pública não constituía audiência válida para o processo de securitização. Contudo, e mantendo as devidas proporções, o que se tem é a atuação de grupos de interesse domésticos influenciando e naturalizando as relações do ator político – o quê, de certo modo, evidencia o discurso de (in)segurança na constituição de um domínio de estabilidade política entre Brasil e Argentina.

Ao longo desses quase vinte anos, as bases normativas e legais do Mercosul foram construídas com a negociação de temas como cooperação econômica e desenvolvimento, chegando a temas de segurança e estabilidade política (Vaz, 2006a), com a Declaração sobre o Compromisso Democrático, em 1986, e a Declaração de Zona de Paz (1988)¹⁴. Estes tratados oficializavam compromissos que criavam uma base política sobre as quais os Estados repousavam, proporcionando diretrizes para pensar em uma identidade política comum: fazer parte do Mercosul implicava o respeito à democracia e ao não recurso da força para a resolução de divergências (Vaz, 2006a). Ainda que não haja a produção de normas de direito comunitário, válidas para todos os seus membros, há o compromisso expresso de respeito ao direito internacional (Herz e Hoffmann, 2004), o que reforça ainda mais os vínculos entre os Estados, proporcionando a expectativa sobre o que esperar nas relações regionais. Muitas dessas iniciativas, ainda que baseadas em questões técnicas, como o Programa para Integração e Cooperação Econômica (1986), eram coordenadas pelos corpos diplomáticos dos dois Estados, caracterizando a sua dimensão política e oferecendo sinais positivos para o sucesso e continuidade de uma relação estável e não violenta (Camargo, 1993; Oelsner, 2005).

Os governos democráticos da década de 1990 e 2000, em ambos os países, continuaram com a aproximação política, colocando o Mercosul e suas instituições como pontes necessárias para o sucesso da integração (Vaz, 2006a e 2006b). Assim, gradualmente, o Mercosul foi fortalecido e a ele era atribuído um senso de amadurecimento institucional que não foi encontrado em processo de integração anterior algum.

Progressivamente, também, as áreas social e cultural – encaradas como centrais para a construção de identidades comuns – foram incluídas no seu projeto, permitindo que as sociedades domésticas passassem a conhecer mais os seus vizinhos (Oelsner, 2005). Como defendo, essa aproximação permite que a sociedade conheça e participe mais do bloco, naturalizando-o e compreendendo-o como parte de seu dia-a-dia, de forma mais intensa que ações de caráter oficial. *“All this contributed to unfolding a new, distinctive geographic scope, gradually awakening a perception of common or shared destiny not just among political and economic elites, but also in wider circles of society”* (Oelsner, 2005, p. 17).

Mesmo que em caráter embrionário (Vaz, 2006b), o Mercosul oficial aparece como elemento central para o sucesso das relações Brasil-Argentina, o desenvolvimento socioeconômico do Cone Sul e a própria estabilidade política da região.

Por outro lado, o Mercosul real é aquele que existe realmente na prática. Ele foge da imagem de sucesso criada pelos governos de Brasil e Argentina e reflete as incertezas desses Estados em relação aos seus parceiros na elaboração de suas políticas externas. Aqui, mesmo com uma alegada identidade sul-americana, a relação entre Brasil e Argentina, suas diferentes formações culturais e sua disputa política em função de diferentes visões de mundo reforçam o binômio identidade/diferença na elaboração de suas políticas externas. Com isso, o “Estado parceiro” é encarado como Outro, dotado de diferentes motivações e interesses e, portanto, devendo ser tratado com cautela.

O Mercosul real também expressa as dúvidas da literatura especializada sobre integração regional quanto ao sucesso do seu projeto em uma região marcada por diversas tentativas de integração, a maior parte incapaz de atingir seus objetivos. Analisando de modo mais pragmático, a literatura sobre integração regional na América do Sul enxerga problemas e antagonismos no projeto do Mercosul.

¹⁴ Andrea Oelsner (2005) chega a sugerir que a relação entre Brasil e Argentina passou a constituir, na década de 2000, uma comunidade de segurança insípida. Alcides Vaz (2006) descreve também o processo de cooperação policial e militar que passou a existir, principalmente no controle de fronteiras, na prevenção do crime organizado e na segurança da região conhecida como Tríplice Fronteira.

Primeiramente, aponta as dificuldades que a integração entre Estados com tamanhas assimetrias políticas e econômicas, como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, podem enfrentar (Camargo, 1993). Se há a inspiração no modelo europeu, a lição a ser aprendida é que deve se estabelecer bases mínimas para o processo tomar corpo. Ademais, as estratégias desenvolvidas pelos países envolvidos diferem, bem como suas prioridades. No Mercosul, há Estados que optaram primeiro pela liberalização comercial unilateral, como a Argentina enquanto outros optam pela – ou são conduzidos para – abertura regional. Isso cria impactos na própria forma como os Estados enxergariam a motivação de seus parceiros em direção ao projeto. Questões e prioridades domésticas, que obstaculizaram projetos anteriores de integração, também se mostravam presentes no Mercosul.

A literatura também aponta que, apesar dos avanços representados pela assinatura de tratados e acordos de cooperação que influenciaram a constituição do bloco, o Mercosul sofria – principalmente durante a década de 1990 – dos efeitos decorrentes da crise econômica que seus membros passavam, principalmente a Argentina. Assim, não conseguia viabilizar o papel dinâmico que dele se esperava para o processo de integração (Vaz, 2006b). Ademais, mesmo com a entrada de temas de segurança na pauta do Mercosul e da cooperação policial, a instabilidade política decorrente dos eventos de 11 de setembro de 2001 pôs em risco a estabilidade das suas fronteiras. As diferentes capacidades e processos organizacionais domésticos afetavam o sucesso e a tendência a uma cooperação.

No lado brasileiro, a instabilidade internacional no pós-11 de setembro provocou desaceleramento da economia e fez com que a política externa do governo FHC, voltada para o reforço do papel brasileiro como *player* internacional, estagnasse. “Consolidou-se (...) sensível descompasso entre (...) o discurso diplomático e gestos midiáticos de política externa e (...) a real capacidade de implementação de que dispunha o Governo (...)” (Vaz, 2006b, p. 89). O Mercosul entraria, então, para um plano de menos destaque na política externa brasileira, só retornando durante o governo Lula. Ainda assim, o bloco se mostraria extremamente fragilizado e sem uma plataforma de ação efetiva (Vaz, 2006a), especialmente a partir de 2005 (Saraiva, 2010).

Com base nessa diferenciação, resta claro que o discurso de (in)segurança reforça o papel do Mercosul oficial, pois o trata como parte essencial das dinâmicas políticas sul-americanas. É neste contexto que o estudo dos grupos domésticos para reforçar esse discurso é possível e relevante.

Apontei anteriormente que medidas sociais e culturais eram mais perceptíveis à população do que as medidas econômicas e políticas. O esforço de grupos domésticos na promoção do turismo, intercâmbio acadêmico e cultural, associado a medidas como a flexibilização do acesso de cidadãos do Mercosul nos outros Estados-membros aumentou a troca de informações e intensificou o contato com as demais sociedades. Pode-se explicar a construção da segurança e a consequente delimitação do que significa insegurança a partir destas variáveis. Assim, o discurso de (in)segurança sobre o bloco proporcionaria vê-lo como o elemento responsável por toda essa aproximação e pelos avanços das últimas décadas. O discurso, ainda que não se refira explicitamente à “segurança”, sugere a estabilidade e a normalização da política. Dentro da lógica de que segurança precisa ser entendida dentro do contexto social trabalhado, acredito na importância desse aparato teórico para estudar o projeto de integração do Mercosul.

5 Considerações Finais e Agenda de Pesquisas Futuras

Como conclusão, apresento algumas diretrizes que nortearão este estudo para o futuro, bem como algumas das dificuldades que poderão ser encontradas. Este artigo funciona como um marco introdutório para um projeto que se realiza, portanto ele deixa em aberto algumas perguntas que precisarão de respostas e problemas que certamente estas respostas trarão.

Em relação ao marco teórico, pretendo desenvolver e aprofundar, com mais detalhes, o papel do discurso de (in)segurança na constituição das práticas políticas que norteiam o Mercosul. A

dinâmica da (des)securitização envolve um arcabouço teórico relativamente bem desenvolvido, mas a sua aplicação aos processos de integração regional foram objeto de um trabalho que, ainda relevante, era por demais panorâmico (Buzan e Wæver, 2003). Deste modo, maior esforço é necessário para a produção de pontes interligando as duas áreas.

De forma semelhante, uma investigação a partir de teorias críticas de política externa se mostra necessária, bem como o diálogo com teorias que trabalham o papel das ideias nos processos de integração regional. Por se basearem também na virada crítica das Relações Internacionais, esses corpos de literatura apresentam convergências epistemológicas que podem ser bem aplicadas uma vez que uma metodologia histórico-interpretativa seja aplicada a elas, buscando variáveis e elementos comuns.

Em relação aos dois Mercosul, pretendo estudar e selecionar com maior cuidado atores que evidenciem a prática do discurso de (in)segurança. Em um primeiro momento, penso em promover o estudo dos seguintes grupos: acadêmicos, corpos diplomáticos, agentes culturais, agências de controle e de ordem e jornalistas. Esse grupo representa uma gama de setores e áreas variadas que podem dar as diferentes dimensões do projeto do Mercosul. Dentro da premissa de que o campo da segurança (e da integração, por analogia) é transversal, combinar agentes governamentais e não-governamentais e de áreas distintas reforça o argumento do projeto.

Contudo, dificuldades surgem no que diz respeito ao acesso a esses grupos. Mesmo trabalhando apenas com Brasil e Argentina, é preciso estabelecer uma proposta de investigação que delimite temporal e espacialmente os dados a serem buscados. Para tanto, sugiro o período entre 2001 e 2010 como marco temporal, pois representa o retorno do Mercosul para o centro da agenda brasileira de política externa. Ademais, mostra também um período onde a Argentina, ainda que em crise, adquire maior visibilidade nas agendas internacionais.

Referências

- BIGO, Didier. International political sociology. In: WILLIAMS, P. *Security studies: an introduction*. New York: Routledge, 2008. p. 116-129.
- _____. WALKER, R. B. J. International, political, sociology. *International Political Sociology*, v. 1, n. 1, 2007, p. 1-5.
- _____. When two become one: internal and external security in Europe. In: KELSTRUP, M.; WILLIAMS, M. C. *International Relations Theory and the Politics of European Integration: power, security, and community*. Londres: Routledge, 2002. p. 171-205.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- _____. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner, 1998.
- CAMARGO, Sonia de. *Autoritarismo e democracia na Argentina e Brasil (uma década de política exterior - 1973-1984)*. São Paulo: Editora Convívio, 1988.
- _____. *A integração do cone sul. IRI-Textos*, 1993.
- CAMPBELL, David. *Writing security: United States foreign policy and the politics of identity*. Minnesota: Minnesota University Press, 1992.
- CASE Collective. Critical approaches to security in Europe: a networked manifesto. *Security Dialogue*, v. 37, n. 4, 2006, p. 443-487.
- GARDINI, Gian Lucca. Latin American foreign policies between ideology and pragmatism: a framework for analysis. In: GARDINI, G. L.; LAMBERT, P. *Latin American Foreign Policies: between ideology and pragmatism*. New York: Palgrave MacMillan, 2011. p. 13-34.
- HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.
- KEOHANE, Robert O.; AXELROD, Robert. Achieving cooperation under anarchy: strategies and institutions. In: BALDWIN, D. A. *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*. New York: Columbia University Press, 1993. p. 85-115.

- KOLODZIEJ, Edward. *Security and international relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- _____. Renaissance in security studies? Caveat lector. *International Studies Quarterly*, v. 36, 1992, p. 421-438.
- _____. What is security and security studies? Lessons from the cold war. *Contemporary Security Policy*, v. 13, n. 1, 1992, p. 1-31.
- KRAUSE, Keith. Critical theory and security studies: the research programme of “critical security studies”. *Cooperation and Conflict*, v. 33, n. 3, 1998, p. 298-333.
- _____; WILLIAMS, Michael C. *Critical security studies*. Minnesota: Minnesota University Press, 1997.
- LAPID, Yosef. The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 3, 1989, p. 235-254.
- MARES, David R. *Violente peace: militarized interstate bargaining in Latin America*. New York: Columbia University Press, 2001.
- OELSNER, Andrea. (De)securitization theory and regional peace: some theoretical reflections and a case study on the way to stable peace. *EUI Working Paper RSCAS*, n. 2005/27. Florença, 2005. 21 p.
- ONUF, Nicholas G. Constructivism: a user's manual. In: _____; KUBALKOVA, V. et al. *International relations in a constructed world*. M.E. Sharpe, 1998. p. 58-78.
- KOWERT, P. *International relations in a constructed world*. New York: M. E. Sharpe, 1998. p. 58-78.
- SARAIVA, Miriam Gomes. A política externa brasileira do governo lula: idéias e mudanças. 34 *Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2010. 27 p.
- SHEEHAN, Michael. *International security: an analytical survey*. Boulder: Lynne Rienner, 2005.
- TARRY, Sarah. “Deepening” and “widening”: an analysis of security definitions in the 1990s. *Journal of Military and Strategic Studies*, n. 2, 1999.
- ULLMAN, Richard H. Redefining security. *International Security*, v. 8, n. 1, 1983, p. 129-153.
- VALENÇA, Marcelo M. *Novas guerras, estudos para a paz e escola de Copenhague: uma contribuição para o resgate da violência pela segurança*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais/PUC-Rio, 2010.
- VAZ, Alcides Costa. O Brasil no sistema interamericano: dos anos 1990 até o presente. In: ALTEMANI, H. H.; LESSA, A. C. *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas* (Vol. 2). São Paulo: Editora Saraiva, 2006a. p. 43-73.
- _____. O governo Lula: uma nova política exterior? In: BRIGAGÃO, C.; PROENÇA JR. D. *O Brasil e a conjuntura internacional: paz e segurança internacional*. Rio de Janeiro: Gramma/KAS, 2006b. p. 85-96.
- WÆVER, Ole. Aberystwyth, Paris, Copenhagen new “schools” in security theory and their origins between core and periphery. *45th Annual Convention of the International Studies Association*. Montreal: International Studies Association, 2004. 26 p.
- _____. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, R. D. *On security*. New York: Columbia Press University, 1995. p. 46-86.
- WALKER, R. B. J. The doubled-outside of the modern international. *Ephemera*, v. 6, n. 1, 2006, p. 56-69.
- WALT, Stephen. The renaissance of security studies. *International Studies Quarterly*, v. 35 n. 2, 1991, p. 211-239.
- WOLFERS, Arnold. National security as an ambiguous symbol. *Political Science Quarterly*, v. 67, 1952, p. 481-502.

Artigo Recebido em: Agosto/2012.
Artigo Aprovado em: Outubro/2012.